

## INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR

SOUSA, João Araújo de<sup>1</sup>

TEIXEIRA, Anita Coelho dos Santos<sup>2</sup>

### RESUMO

A inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência no âmbito da educação vêm ocupando acaloradas discussões que assumem amplas proporções quando a abordagem se ocupa de inclusão nos mais diversos níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. Nesse sentido, tem-se construído mecanismos que vão desde dispositivos legais até adequações nos espaços frequentados por essas pessoas, inclusive em locais que oferecem ensino de 3º grau. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa consistiu em verificar a existência de pessoas com deficiências matriculadas nos cursos oferecidos pelo Centro Universitário UnirG e se a formação acadêmica proposta na instituição possibilita ao egresso lidar com

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de psicologia do Centro Universitário UnirG. e-mail: danielli\_gpi@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Curso de Psicologia do Centro Universitário UnirG. e-mail: anitacoelho\_psi@unirg.edu.br.

peças com deficiências. Trata-se de uma pesquisa documental de caráter quantitativo na qual foram analisadas as matrizes curriculares dos 14 cursos do Centro Universitário UnirG e verificada a existência de laudos comprobatórios de acadêmicos com deficiências nas coordenações dos cursos e secretaria acadêmica. O levantamento de dados realizou-se entre maio e junho de 2013 e para a descrição foram utilizadas tabelas. Os resultados obtidos evidenciam que não existe registro formal de acadêmicos com deficiência comprovada por laudos e que a maioria das matrizes curriculares dos cursos não contempla disciplinas que preparem os profissionais para lidarem com pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Deficiências. Inclusão. Acessibilidade. Educação inclusiva.

## **INCLUSION OF HANDICAPPED INDIVIDUALS IN HIGHER TEACHING: A DOCUMENTAL ANALYSIS**

### **ABSTRACT**

Inclusion and access of handicapped individuals in the educational environment is an issue of intense debate reaching great proportions when the subject of debate is the inclusion of such individuals in a diversity of teaching levels, ranging from education of children to the university level. In this regard, diverse mechanisms have been used ranging from those of the legal and right fields including changes in the space occupied by those individuals at the university level. In this regard, the goal of this investigation was to verify the existence of handicapped people registered in many courses offered by UnirG university center and if and academic training offered at the institution allows the egress dealing with people with disabilities. This is a research based in document studies of quantitative

character in which the curricular base of the fourteen courses offered by such an institution was analyzed so as to verify the existence of proving deficiency documents in the academic secretary and in the courses coordination. Data were collected between May and June 2013 and tables were used to describe such data. Results show that there are no formal registration of students with proved handicap based in documents and that most of the curricular programs do not contain courses designed to prepare the future professionals to handle handicapped individuals.

Keywords: Handicaps. Inclusion. Access. Inclusive Education.

## INTRODUÇÃO

Quando se menciona escola inclusiva, entende-se escola para todos, implicando um sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer estudante. Assim, a melhoria da qualidade das ofertas de atendimento educacional é uma necessidade que se impõe, para garantir o direito público e subjetivo de cidadania de todos, inclusive das pessoas com deficiência.

O discurso da inclusão e acessibilidade tem ocupado um enorme espaço na produção acadêmica nos últimos anos, principalmente no concernente à educação, mas também tem focado outras áreas e aspectos considerados relevantes.

Falar de inclusão, portanto, torna-se lugar comum na sociedade atual. Todavia, ainda existem lugares, espaços, serviços e atendimentos nos quais a inclusão e a acessibilidade permanecem apenas no discurso e não chegam à efetividade (MAZZOTTA, 2007).

Nos cursos universitários poucas são as pessoas com deficiências, limitando-se apenas a

alguns com deficiência física, enquanto que surdos-mudos e deficientes visuais ainda são minoria ou quase nenhum (YAMADA, 2002).

Esta situação demanda um estudo investigativo sobre essa realidade e como os profissionais da educação superior têm encarado o desafio de dar atendimento adequado ao estudante deficiente. Para tanto, faz-se necessária uma busca sobre a atuação dos docentes voltada para esse público e como a universidade tem preparado seus egressos para esta demanda.

De modo geral as pessoas com deficiências necessitam de atendimento diferenciado ou adaptado, seja em razão de limitações físicas ou em decorrência de limitações intelectuais (MAZZOTTA, 2007). Neste sentido é que muito se tem falado nos últimos tempos sobre inclusão social, educacional, digital entre outras.

O significado do termo tem sido aplicado tanto para se referir às deficiências como para servir à causa da acessibilidade a qualquer indivíduo excluído de determinados espaços e situações. Assim, quando se utiliza o vocábulo “inclusão” pode-se fazer alusão especificamente às pessoas com deficiências ou também a atitudes

de inclusão que se referem a outras situações observadas em nossa sociedade (FRANÇA, 2003).

Segundo postulado por Freitas (2006), a discussão e a ressignificação do tema da inclusão pela mídia tem possibilitado e potencializado um repensar sobre a questão da diversidade e das diferenças.

Neste contexto, o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior ainda encontra muitas limitações, tanto do ponto de vista logístico quanto da formação acadêmica, considerando que há ainda um enorme vácuo no que se refere a técnicas de ensino, procedimentos e até posturas que podem ser adotadas pelos docentes no atendimento a pessoas com deficiências.

A questão fundamental a ser colocada diante desta temática é se a universidade está preparada para o desafio de trabalhar com uma educação inclusiva já que, segundo Santos (2003), a mesma possui pelo menos dois papéis fundamentais: formar o profissional com mentalidade aberta ao trato com a diversidade em qualquer setor da sociedade e exemplificar, no decorrer do próprio processo de formação desses

profissionais, de que tal formação cidadã seja possível.

Todavia, a despeito de toda legislação abordando direitos iguais no concernente ao acesso à educação, a universidade ainda se constitui num espaço de educação excludente, preconceituoso e seletivo (SANTOS, 2008).

Partindo dessas premissas, o presente trabalho visa colaborar na descrição da realidade educacional das pessoas com deficiência, fomentando novos conhecimentos para uma questão ainda pouco explorada no universo acadêmico, que é a acessibilidade da pessoa com deficiência no ensino superior.

No que se refere à contribuição social, a relevância dessa pesquisa reside no fato de que possibilitará uma reflexão crítica e analítica sobre importantes temas sociais e políticos. Do ponto de vista científico a pesquisa pretendeu colaborar com fundamentação e embasamento teórico na formulação, adoção e concretização de posturas e de formação acadêmicas coerentes, além de contribuir com a construção de conhecimentos e postulados que possam embasar outras pesquisas.

Assim, o norte do presente estudo foi descrever quantas pessoas com deficiência comprovada por laudo estão matriculadas no Centro Universitário UnirG, se os cursos oferecidos possibilitam aos diversos profissionais nela formados trabalharem com pessoas com deficiência e, ainda, analisar se as matrizes curriculares possuem disciplinas voltadas para a formação de profissionais para atuação com pessoas com deficiências.

## MÉTODO

Do ponto de vista da abordagem do problema esta pesquisa se classifica como quantitativa e do ponto de vista dos procedimentos técnicos como documental. Trata-se de estudo de documentos referentes às matrizes curriculares dos 14 cursos existentes no Centro Universitário UnirG e dos laudos comprobatórios de alunos com deficiência matriculados nos cursos da Instituição.

Para isto, foram realizados os seguintes procedimentos:

- Verificação da existência de laudos comprobatórios de pessoas com deficiência matriculadas nos cursos do Centro Universitário UnirG, (documentos arquivados sob

responsabilidade das coordenações dos cursos). Nesta etapa foram identificados os cursos que possuem acadêmicos com deficiência com laudos comprobatórios, quantos são e em quais períodos estão. Esta verificação foi realizada nas coordenações de todos os cursos;

- Análise das matrizes curriculares dos 14 cursos do Centro Universitário UnirG e identificação das disciplinas que visam à formação acadêmica voltada para o atendimento a pessoas com deficiência. Foram identificados os cursos, as disciplinas e os períodos das mesmas. Destaca-se que as matrizes estão disponibilizadas no site da Instituição sendo, portanto, de domínio público.

Os dados levantados foram analisados quantitativamente, expostos em tabelas e embasados com pesquisas realizadas sobre a temática.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

**1. Verificação da existência de laudos comprobatórios de pessoas com deficiência matriculadas** – Dos 14 cursos existentes no Centro Universitário UnirG, apenas 02 – Fisioterapia e Educação Física – apresentaram laudos que comprovam

matrículas de pessoas com deficiência. Nos demais, embora se possa observar a existência de acadêmicos com deficiência (inclusive cadeirante), não existem laudos comprobatórios.

Esta realidade evidencia que a educação superior está visivelmente atrasada tanto no que se refere à formulação dos marcos normativos, no concernente a práticas sociais inclusivas (MOREIRA, 2006), quanto no sentido de possuir dados que dêem visibilidade às pessoas com deficiência presentes na instituição.

Ressalta-se que a importância da verificação dos laudos visa, principalmente, oportunizar às pessoas com deficiência a possibilidade de serem incluídas em estatísticas oficiais

podendo assim ter acesso ao atendimento adequado às suas necessidades.

Outro aspecto relevante diz respeito à natureza ou os tipos de deficiências encontrados na instituição que não são devidamente registrados em nenhum lugar e, portanto, não são considerados no contexto da educação normal nem da inclusiva. Este fato distancia essas pessoas daquilo que lhes é de direito: dignidade de tratamento, importância e consideração (MALDONADO, 2002).

## 2. Análise das Matrizes Curriculares

– Os resultados da análise das matrizes curriculares dos cursos estão explicitados na Tabela a seguir.

**Tabela 1** – Disciplinas que visam à formação específica para trabalho com deficientes

CURSO	DISCIPLINA	PERÍODO	C.H - STATUS
Ciências Contábeis	Libras	8º	60 h (Optativa)
Medicina	Libras	1º, 3º	60 h (Optativa)
Odontologia	Libras	7º	60 h (Optativa)
Psicologia	Psicologia do Portador de Necessidades Especiais	7º	60 h (Obrigatória)
Educação Física	Língua Brasileira de Sinais	2º (Licenciatura)	60 h (Obrigatória)
Pedagogia	Educação Inclusiva	6º	60 h (Obrigatória)
	Língua Brasileira de Sinais I	7º	60 h (Obrigatória)
	Língua Brasileira de Sinais II	8º	60 h (Obrigatória)
	Braille	8º	90 h (Obrigatória)

Fonte: Matrizes curriculares dos cursos da UnirG. Elaboração dos autores

De acordo com o verificado nas matrizes curriculares, dos 14 cursos

existentes no Centro Universitário UnirG apenas três possuem disciplinas

obrigatórias que se referem à atuação do profissional com pessoas com deficiência. No curso de Educação Física é oferecida a disciplina Língua Brasileira de Sinais (Libras) no 2º período. Em Psicologia, 7º período é ofertada a disciplina Psicologia do Portador de Necessidades Especiais e no curso de Pedagogia são ofertadas as disciplinas Educação Inclusiva no 6º, Libras I no 7º e Libras II e Braille no 8º período. Dos demais cursos três deles possuem a disciplina de Libras (Ciências Contábeis, Medicina e Odontologia), mas oferecida de forma optativa.

Neste caso, além de as disciplinas dos cursos que contemplam a prática profissional levando em conta as pessoas com deficiências serem poucas e em poucos cursos, nos cursos em que aparecem essas disciplinas elas são optativas e não contemplam uma gama mais abrangente de deficiências e de atuações profissionais, enfocando prioritariamente a questão da comunicação por meio da Libras.

Sobre a temática da comunicação de pessoas com deficiência no ensino superior, principalmente mudo e surdo, Bisol et al. (2010) elucidam que há uma visível

dificuldade das pessoas com essa deficiência transitarem entre a língua de sinais e a língua portuguesa, já que são obrigados a conviver em sala de aula e em outros ambientes com outras pessoas que não compreendem sequer o mínimo possível de Libras, o que dificulta a comunicação dessas pessoas com o mundo a sua volta. Depreende-se daí, na opinião da autora, que mudanças e adequações no modo de ensinar e aprender devem ser implementadas nas universidades.

Estudo feito por Oliveira et al. (2010) aponta o computador como um recurso didático valioso na educação de deficientes auditivos e, apesar da autora se referir à modalidade educação a distância, tal ideia poderia muito bem ser aproveitada e adaptada para a educação presencial, já que a informática muito contribui para a tecnologia da comunicação e, dessa forma, para a educação.

Além das adequações nos currículos dos cursos universitários como requisito precípua para uma educação inclusiva no ensino superior, não se pode esquecer que, tão importante quanto aquelas, as adequações no espaço físico são imprescindíveis.



Preocupado com essa questão o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 3.284 (BRASIL, 2003), que estabelece requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para “[...] instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições”. Esta portaria determina adaptações arquitetônicas, adequações no currículo, oportunidades de uso de objetos e sistemas que proporcionem às pessoas com deficiências melhores condições de acesso e permanência nos cursos universitários.

O que se percebe, no entanto, é que boa parte do que está instituído legalmente ainda permanece por fazer na UnirG, sobretudo no que se refere à acessibilidade para além de adequações físicas.

Enfocando esse assunto Chester (2008) postula que ainda há a existência de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais que dificultam o desempenho dos alunos, fato que é perfeitamente verificado na realidade analisada, na qual as barreiras quanto à inclusão persistem em todas as suas categorias, apesar de haver certa preocupação da instituição em favorecer o acesso, sobretudo no que se refere a

cadeirantes, cuja ação é garantir que os períodos nos quais estudam pessoas com deficiência física sejam sempre localizados no andar térreo.

Esta postura da instituição pesquisada está em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva segundo a qual a educação especial, portanto a inclusão, deve ocorrer por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Essas ações requerem planejamento e organização de recursos e serviços que proporcionem acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento das atividades pertinentes à universidade, ou seja, ensino, pesquisa e extensão.

Diante do exposto, é mister pontuar que a educação inclusiva no ensino superior do Centro Universitário UnirG pode e precisa ser ampliada para além do clássico discurso da acessibilidade. Trata-se de um processo que não deve ficar estagnado apenas nas barreiras arquitetônicas ou físicas, pois o mesmo se constitui numa opção

política que possibilita à pessoa com deficiência exercer plenamente seu papel na sociedade. A reversão desse quadro implica na necessidade de ver e tratar as pessoas com deficiência como verdadeiros cidadãos, a fim de ajudá-las a se ajudarem, e neste artifício todos mudarem juntos, já que muitas delas também não se assumem como pessoas com deficiência. É preciso que haja a criação de políticas institucionais adequadas a responder a essa necessidade, assim a instituição caminhará em consonância com as políticas públicas de oferecer condições físicas, clínicas, educacionais e psicossociais de acessibilidade (ELIAS, 2012).

## CONCLUSÃO

Este estudo permitiu constatar que existem poucos laudos que comprovam a existência de acadêmicos com deficiência matriculados nos cursos do Centro Universitário UnirG, e que as matrizes curriculares dos cursos oferecidos pela instituição não contemplam satisfatoriamente uma formação voltada para atender a pessoas com deficiência.

A quantidade de laudos comprobatórios de pessoas com

deficiências matriculadas no Centro Universitário UnirG é pequena, o que difere da realidade presente no dia a dia da instituição, no qual sempre é possível encontrar pessoas com alguma deficiência frequentando as aulas.

Sobre a formação acadêmica visando preparar o profissional para lidar com pessoas com deficiências, fica evidente que as matrizes e estruturas curriculares dos cursos oferecidos pela instituição ainda deixam a desejar neste aspecto, prejudicado a formação nas áreas profissionais enfocadas nos cursos.

A acessibilidade é um conceito que deve ir além da remoção das barreiras físicas. Ela deve constituir-se na possibilidade de pessoas diferentes interagirem com o ambiente, os espaços, os serviços, as atividades acadêmicas, de lazer e de todos os gêneros, da forma mais autônoma e complexa possível, preservando a dignidade da pessoa como sujeito de sua história. Para tanto, faz-se necessário vencer as barreiras arquitetônicas, físicas, metodológicas, comunicacionais e, sobretudo, atitudinais, para que, coletivamente, possa-se construir a tão desejada educação inclusiva no ensino superior.

Os resultados constatados nesta pesquisa convergem para a ineficácia do Centro Universitário UnirG em possibilitar à pessoa com deficiência atendimento adequado as suas necessidades, tanto no que concerne à sua inclusão no ensino superior, quanto no seu atendimento por profissionais formados por esta instituição. Sugere-se, portanto, que a instituição invista na definição de uma política institucional para a construção de práticas inclusivas que beneficiem o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, bem como a formação de profissionais

melhor qualificados para lidarem com pessoas com deficiência.

Sugere-se, ainda, a identificação dos acadêmicos com deficiência matriculados na instituição, tanto das deficiências visíveis, quanto daquelas cuja identificação requer uma visão mais aprimorada, inclusive com aplicação de testes que as detectem, e a criação de um núcleo de apoio pedagógico-psicológico a esses acadêmicos, com vista a fomentar planos e ações que visem à inclusão para além da remoção das barreiras arquitetônicas.

## REFERÊNCIAS

BISOL, C. A.; VALENTINI, C. B.; SIMIONI, J. L.; ZANCHIN, J. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. Traduzido por Robert Dinham. *Cad. Pesqu*, [on-line], 2010, v. 40, n.139, pp. 147-172. ISSN 0100-1574.

BRASIL. *Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003*. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

CHESTER, C. L. G. Deficiências e educação inclusiva. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24(8):1773-1782, ago, 2008.

ELIAS, et al. *Acessibilidade a benefícios legais disponíveis no Rio de Janeiro para portadores de deficiência física*. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232008000300027...sci.](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232008000300027...sci.)>. Acesso em: 12 dez. 2012.

FRANÇA, I. S. X. de; PAGLIUCA, L. M. F.; SOUSA, R. A. Discurso político-acadêmico e integração das pessoas com deficiência: das aparências aos sentidos. *Rev. Esc. Enferm. USP* 2003, 37(4):24-33.

FREITAS, N. S. A Formação de Profissionais na Educação Inclusiva: construindo a base de todo processo, in: RODRIGUES, D. *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

MALDONADO, Vanessa. Educação inclusiva: formação de cidadãos para uma vida plena. *Revista de Psicologia da UNESP*, 1(1), 2002. p. 18-23.

MAZZOTTA, M. J. da S. Relações Interpessoais na Inclusão de Pessoas com Deficiência – Estudo sobre apoio psicológico a pessoas com deficiência visual. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, São Paulo, v. 7, n.1, p.53-82, 2007.

MOREIRA, H. F.; MICHELS, L. R.; COLOSSI, N. Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com o ensino superior. *Escritos educ.* 2006, v.5, n.1, pp. 19-25. ISSN 1677-9843.

OLIVEIRA, D. L.; JENSEN, R. G. D.; LIMA, V. A. A. Educação a Distância para Pessoas com Deficiência Auditiva. *Revista Olhar Científico – Faculdades Associadas de Ariquemes*. v. 01, n.2, ago./dez. 2012.

SANTOS, J. B. dos. A “Dialética da Exclusão / Inclusão” na história da educação de “alunos com deficiências”. *Revista da FAEEBA – Revista do Departamento de Educação da UNEB*. Salvador, n. 17, p. 27- 44, jan./jun. 2002.

SANTOS, W. R. Pessoas com deficiência: nossa minoria. *Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.18, n. 3, p. 501-519, 2008.

YAMADA, M. O. *Dimensão afetiva, segundo a concepção de Emilio Romero, da pessoa com surdez adquirida antes e depois do implante coclear*. São Paulo, 2002. Dissertação de Mestrado.

---

Recebido em: 23-07-2013

Aprovado em: 12-12-2013